



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 16 • 04 a 10/06/2006 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

07/06/2006 - A fragilidade do Estado Somali e o aumento da instabilidade no paísp.01

Conflitos entre milícias armadas na Somália, que causaram a morte de diversos civis, atingem proporções preocupantes internacionalmente, especialmente no que concerne a possibilidade de fomentação do terrorismo. Nesse contexto, evidencia-se a condição de desordem de um Estado falido, em meio a acusações de financiamento dos Estados Unidos a uma das partes envolvidas no conflito.

08/06/2006 - Governo constitucionalmente eleito toma posse no Iraque...p.05

Após intenso período de negociação, Iraque forma governo de coalizão entre xiitas, sunitas e curdos. Dentre muitos, a violência é um dos principais desafios que o sistema político iraquiano terá que enfrentar.

Resenha

06/06/2006 - Novo projeto de lei francês para imigração em debate.....p.09

Foi aprovado na Câmara Baixa do Parlamento francês, por 367 votos a favor e 164 contra, o novo projeto de lei para imigração que permitirá ao país um processo mais seletivo no que diz respeito à entrada e permanência de estrangeiros no território nacional. Elaborada pelo Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, a proposta, para se tornar lei, deverá agora ser debatida no Senado.

A fragilidade do Estado Somali e o aumento da instabilidade no país

Análise
Desenvolvimento / Segurança

Cândida Cavanelas Mares
07 de junho de 2006

Conflitos entre milícias armadas na Somália, que causaram a morte de diversos civis, atingem proporções preocupantes internacionalmente, especialmente no que concerne a possibilidade de fomentação do terrorismo. Nesse contexto, evidencia-se a condição de desordem de um Estado falido, em meio a acusações de financiamento dos Estados Unidos a uma das partes envolvidas no conflito.

A conjuntura de violência na Somália parece ter atingido grande instabilidade política e social. Após um breve período de cessar-fogo, os conflitos entre grupos armados que controlam partes do território, os chamados *warlords*¹, e milícias islâmicas foram retomados no início de maio de 2006.

Mais de cento e vinte pessoas morreram em oito dias devido à onda de violência no início do mês. Os conflitos têm sido intensificados principalmente na região da capital do país, Mogadíscio. Desde o início de 2006 mais de 300 pessoas – principalmente civis, incluindo mulheres e crianças – foram mortas na capital, em meio ao fogo cruzado. Os *warlords* lutam pelo controle da cidade que, de acordo com as estimativas, tem 80% de seu território controlado pelas milícias islâmicas.

Nem mesmo os hospitais, que foram considerados território neutro durante

muitos anos na Somália, resistiram à retomada da violência. No dia 30 de maio de 2006, um hospital localizado na capital e controlado pela Cruz Vermelha foi ocupado por *warlords*. Em consequência, os serviços médicos do hospital tiveram que ser reduzidos ao mínimo.

A desordem vigente na Somália está em curso há muitos anos. Desde 1991, ano em que o Presidente militar Mohamed Sierra Barre foi retirado do poder, o país africano não possui uma autoridade nacional efetiva, apesar de possuir um governo interino. O governo de Abdullahi Yusuf é a décima quarta tentativa de restauração de uma autoridade central desde 1991. Nesse contexto, muitos analistas consideram que a Somália seja um estado falido, entregue a um estado de natureza hobbesiano².

¹ Grupos conhecidos como senhores da guerra, que possuem o controle militar de uma determinada região de um território, mas não possuem autoridade legal sobre a mesma.

² Corresponde a um cenário no qual não há leis nem uma autoridade centralizada, capazes de impor a ordem. Nesse contexto, visto que os bens disponíveis são escassos e os homens não estão submetidos a qualquer poder supremo, o conflito é generalizado, vigora a guerra de todos contra todos.

Histórico

A Somália, localizada no leste da África setentrional, é constituída por duas regiões principais, uma ao norte, que foi colonizada pelo Reino Unido, e a outra ao leste, colonizada pela Itália. Em 1960, ambas as áreas se tornaram independentes e se unificaram em um Estado independente, a República da Somália.

Durante os nove anos seguintes à independência, a Somália, permaneceu como um modelo de governança democrática na África. Contudo, em 1969, o General das Forças Armadas, Mohamed Siad Barre, tomou o poder em um golpe de estado, permanecendo durante os vinte anos seguintes.

A ditadura militar se manteve no poder provocando conflitos entre os *warlords*. Essa situação culminou com um caos social que levou ao colapso do Estado³ em 1991. Após a retirada de Siad Barre do poder, os três principais grupos políticos armados do país - Congresso Somali Unido (USC), Movimento Nacional Somali (SNM) e o Movimento Patriótico Somali (SPM) - passaram a lutar entre si pelo controle das diversas regiões do país. Essa divisão interna e a falta de uma autoridade central dificultaram a formação de uma liderança política que pudesse restaurar a ordem e as instituições do país.

Adicionalmente, em maio de 1991, os clãs do norte da Somália declararam a independência da região, o que gerou maior instabilidade no momento seguinte ao fim da ditadura. A chamada República da Somalilândia não foi reconhecida como

Estado independente pelos governos estrangeiros, mas permaneceu como uma região separada do sul do país, possuindo uma estrutura de governo própria.

A desordem vigente no sul da Somália contrasta com a paz relativa atual e estabilidade territorial da Somalilândia, somada à democracia constitucional que vigora na região. A Somalilândia tem feito significativos progressos na construção da paz e da segurança, através da remoção de minas terrestres e da integração de clãs e milícias às forças policiais e militares unificadas.

Em dezembro de 2005, o Presidente da Somalilândia, Dahir Rayale Kahin, inscreveu a região para integrar a União Africana como um país membro. Contudo, alguns diplomatas europeus alertam que, se tal possibilidade se concretizar nesse momento, o processo de construção da paz no sul do país estará ainda mais ameaçado, pois poderia acirrar os ânimos, adicionando um motivo de desestabilização à região.

As intervenções na Somália

Em março de 1992, devido às condições de miséria e fome na Somália, foi instituída uma missão especial das Nações Unidas, a UNOSOM⁴, para assegurar assistência humanitária à população somali. Contudo, o provimento de alimentos teve um efeito inesperado, pois resultou em enfrentamentos entre milícias pelo controle de portos, aeroportos e rotas de distribuição dos bens.

Com a dificuldade da UNOSOM de cumprir seus propósitos, tornou-se necessário o estabelecimento da Unitaf⁵. Em dezembro de 1992, tropas

³ A condição primordial para a existência de um Estado é a manutenção do monopólio do uso legítimo da força. Assim, o Estado que está em colapso ou Estado falido é aquele que não consegue cumprir suas funções de manutenção da ordem e não tem controle efetivo sobre seu território e suas fronteiras.

⁴ *United Nations Operation in Somália*, missão especial da ONU na Somália.

⁵ *Unified Task Force*, força de paz da ONU tida como a primeira intervenção humanitária a ser estabelecida sob a égide do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que prevê o uso da força.

estadunidenses que compunham a Unitaf aportaram na Somália em conformidade com a resolução 794 do Conselho de Segurança da ONU. A operação militar atuaria principalmente na região sul do país de forma a restaurar a distribuição da ajuda humanitária que havia sido iniciada pela UNOSOM.

Em 1994, em um movimento liderado pelos EUA, foi determinada a retirada das tropas da ONU da Somália, sem que o objetivo de reconstrução do Estado fosse obtido. Poder-se-ia argumentar que tal meta não foi alcançada, dentre outros motivos, devido ao reconhecimento dado pela ONU a líderes de milícias e clãs nas negociações de formação do governo interino.

A situação atual

Pouco mais de dez anos após a retirada de tropas estrangeiras, dentre as quais se encontravam soldados estadunidenses, a situação na Somália novamente atrai o foco das atenções internacionais, particularmente dos Estados Unidos.

A coalizão dos *warlords* recentemente criou a Aliança para a Restauração da paz e Contra o Terrorismo. Essa aliança acusa as milícias islâmicas do país de prover abrigo a líderes da Al-Qaeda, enquanto as milícias islâmicas acusam os *warlords* de serem fantoches manipulados pelos EUA. O próprio presidente do governo interino da Somália, Abdullahi Yusuf, acusou os Estados Unidos de proverem financiamento à coalizão dos *warlords*.

Apesar da relutância do governo estadunidense em negar ou confirmar tais acusações, pode-se perceber que o país possui interesses na região, particularmente no que concerne a sua luta contra o terrorismo. A localização estratégica da Somália, devido à sua proximidade com o Oriente Médio, somada à falta de uma autoridade central efetiva, faz com que o país se torne um

local potencial para o estabelecimento de terroristas. De acordo com o porta-voz da Casa Branca, Tony Snow, “há uma preocupação no que diz respeito à presença de terroristas estrangeiros, especialmente da Al-Qaeda, na Somália no momento”. Para Snow, em tal ambiente de instabilidade, a Al-Qaeda pode formar raízes no país africano, algo que os EUA desejam evitar.

O embaixador estadunidense no Quênia, William Bellamy, disse, em uma carta a um jornal queniano, que “os EUA tem encorajado uma variedade de grupos na Somália, em todos os cantos do país, e entre todos os clãs, a se oporem à presença da Al-Qaeda e a rejeitarem os militantes somalis que protegem esses terroristas”.

Contudo, as autoridades interinas não são favoráveis ao suposto apoio dado pelos Estados Unidos aos *warlords*. De acordo com o Primeiro-ministro da Somália, Ali Mohamed Gedi, “nós preferiríamos que o governo estadunidense trabalhasse em conjunto com o governo transitório e não com criminosos”. Segundo Gedi, “a Somália não é um lugar estável e nós queremos os EUA na Somália. Mas de uma forma mais construtiva. Claramente nós temos um objetivo em comum de estabilizar a Somália, mas os Estados Unidos estão usando os canais errados”.

Essa ação estadunidense pode ser vista como ambígua, já que o país apoiaria atualmente os mesmos *warlords* com os quais lutou no passado, durante a intervenção de 1992. Além disso, pode-se dizer que no curto prazo, a estratégia estadunidense pode reduzir a ameaça de ataques terroristas, mas no longo prazo não atinge as raízes do problema que leva à fomentação de células terroristas no continente africano. Isso se dá devido à falta de programas econômicos e sociais que provenham alternativas de vida.

Dessa forma, percebe-se que a conjuntura de desordem permanece vigente na Somália, de maneira que os conflitos entre *warlords* e milícias islâmicas se acirram,

trazendo a possibilidade de agravamento das tensões regionais no continente africano e favorecendo um possível estabelecimento de terroristas na região.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

CIA - World Factbook

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook>

Financial Times

<http://www.ft.com/>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk/>

International Relations and Security Networks

<http://www.isn.ethz.ch/>

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org/>

Middle East Online

<http://www.middle-east-online.com/>

Reuters

<http://today.reuters.com/news/home>

Somalia News

<http://www.somalianews.com/>

The New York Times

<http://www.nytimes.com/>

The Library of Congress

<http://www.loc.gov/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Governo constitucionalmente eleito toma posse no Iraque

Análise
Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
08 de junho de 2006

Após intenso período de negociação, Iraque forma governo de coalizão entre xiitas, sunitas e curdos. Dentre muitos, a violência é um dos principais desafios que o sistema político iraquiano terá que enfrentar.

Foram necessários quase seis meses, desde as eleições parlamentares que ocorreram em 15 de dezembro de 2005, para que os deputados eleitos se organizassem, indicassem o primeiro-ministro e este aprovasse a totalidade do seu gabinete no Parlamento no dia 08 de junho de 2006. Em meio ao recrudescimento da violência entre sunitas e xiitas, se formou assim, o primeiro governo constitucionalmente eleito no Iraque [ver também: [Referendo no Iraque aprova nova constituição](#)]

Em 15 de dezembro de 2005 se elegeram os 275 deputados para ocupar o Conselho dos Representantes, única câmara do sistema legislativo iraquiano. A Aliança Unida Iraquiana (AUI - xiita), a Aliança Curda (AC) e a Frente do Consenso Nacional (FCN - sunita) se firmaram como os principais partidos iraquianos, ocupando no Parlamento, respectivamente: 128, 53 e 44 cadeiras. Apesar da supremacia da AUI, ela não obteve a maioria necessária que lhe permitiria formar um governo sem a construção de alianças políticas.

As duas principais etnias iraquianas, segundo dados da Central de Inteligência Estadunidense (CIA), são os árabes (75 a 80 % da população) e os curdos (15 a 20 %

população). No entanto, são as cisões islâmicas que têm tido maior relevância no país, no qual 97 % da população são adeptos a esta religião - sendo que de 60 a 65 % são xiitas e de 32 a 37 % são sunitas. Com a queda de Saddam Hussein que era sunita, os xiitas têm alcançado maior proeminência na política iraquiana.

Desde as explosões que destruíram a cúpula da mesquita xiita na cidade de Samarra, no dia 22 de fevereiro de 2006, o número de mortes fruto da violência sectária tem sido muito alto. [ver: [Conflito sunita-xiita leva Iraque a crescente instabilidade interna](#)]. Foi neste cenário que os parlamentares se reuniram pela primeira vez no dia 16 de março de 2006, data em que os Estados Unidos (EUA) lançava uma grande operação militar denominada Enxame, que durante vários dias buscava combater insurgentes localizados a oeste de Bagdá.

O Presidente estadunidense, George W. Bush, utilizou a violência sectária como argumento para impelir os deputados iraquianos a formarem um governo de coalizão que levasse confiança à população, fosse capaz de direcionar o processo democrático e estivesse apto a resolver as delicadas questões de segurança que o país apresenta.



O Parlamento não mais se reuniu e as negociações informais para a formação do governo se prolongaram até a segunda quinzena de abril, devido principalmente a dois motivos: (a) a indicação por parte da AUI para que o Primeiro-ministro interino, Abrahim Jaafari, continuasse no cargo; (b) opiniões divergentes com relação a quem deveria ser o responsável pela questão da segurança - enquanto os xiitas defendiam que esta era função do primeiro-ministro, os sunitas afirmavam que a pauta deveria ficar a cargo de um dos vice-primeiros-ministros. Logicamente, por ter maioria no Parlamento o primeiro-ministro seria xiita e um dos vice-primeiros-ministros seria sunita, já que se formaria um governo de coalizão .

De toda forma, a rejeição da candidatura de Jaafari por parte dos árabes sunitas, xiitas laicos e curdos - em função da incapacidade deste em restabelecer o provimento dos serviços básicos, desde que assumiu o governo interino em junho de 2005 - foi o verdadeiro responsável pelo emperramento das negociações. Apesar da forte oposição - com o presidente do Parlamento em exercício, Adnam Pachachi, chegando a pedir ao primeiro-ministro interino que renunciasse ao cargo - Jaafari só veio a ceder no dia 20 de abril, deixando a indicação na responsabilidade do seu partido.

Finalmente, no dia 21 de abril a AUI apresentou o nome de Jawad Al Maliki para ocupar o cargo de primeiro-ministro. Maliki, que esteve exilado na Síria durante o regime de Saddam Hussein e é pouco conhecido pela população iraquiana, foi aprovado no dia seguinte como primeiro-ministro pelo Conselho dos Representantes. Juntamente com ele, o Presidente interino Jalal Talabani, do partido curdo, se confirmou no cargo. Para presidência do Parlamento foi eleito o sunita Mahmoud al Mashadani. Foram eleitos também os ocupantes dos dois cargos de vice-primeiros-ministros, vice-presidentes e vice-presidentes do senado.

No dia 20 de maio, o Parlamento aprovou o novo governo. Dentro do prazo constitucional de um mês, Maliki apresentou ao Conselho dos Representantes 37 dos 40 ministros que comporiam o executivo. No entanto, deixou de fora as três pastas mais controversas: Ministério do Interior, Ministério da Defesa e Ministério da Segurança Nacional, que foram assumidas temporariamente por Maliki e seus dois vice-primeiros-ministros. A FCN, em protesto à não nomeação do que eles consideravam os três cargos mais importantes, não esteve presente durante a cerimônia de posse do governo.

O curdo Hoshyar Zebari continuou como ministro do Exterior, enquanto o então ministro do Interior, Bayan Jaber, foi transferido para o ministério das Finanças. Jaber foi acusado de formar esquadrões que assassinavam sunitas. Mulheres assumiram os ministérios dos Direitos Humanos, dos Assuntos referentes à Mulher, do Meio Ambiente, da Casa e Construção. Os xiitas são predominantes no gabinete executivo.

O presidente estadunidense declarou que a formação do novo governo iraquiano permite aos EUA diminuir seu papel no país. Ressaltou a importância da união de lideranças xiitas, sunitas e curdas para combater as divergências internas que tem gerado grande instabilidade doméstica. No entanto, afirmou que Maliki terá que cumprir uma agenda complicada de reconciliação nacional, luta contra o terrorismo e garantia de segurança para os cidadãos.

Uma das primeiras ações de Maliki como primeiro-ministro foi decretar o estado de emergência durante um mês na cidade de Basra, que está sob vigilância das tropas britânicas. Iniciou também um processo de libertação de presos contra os quais não há provas incriminatórias. Esta medida teria como objetivo ajudar na reconciliação nacional. Maliki afirmou que os partidários de Hussein não serão

beneficiados e que espera que os libertados não interfiram no processo político. Dois mil e quinhentos presos já foram soltos, não obstante esse número pode alcançar a casa dos catorze mil. A Organização das Nações Unidas (ONU) já havia criticado o excesso de presos ilegais no Iraque.

No dia 08 de junho, Maliki aprovou no Parlamento os três nomes restantes do seu governo, são eles: para ministro do Interior - Jawad Bolani (xiita), para ministro da Defesa - General Abdel Qader Jassim (sunita), para ministro da Segurança Nacional - Shirwan al-Waili (xiita). Bolani já enfrenta críticas por parte de políticos sunitas que acusam a polícia iraquiana de ter seqüestrado cinquenta pessoas na capital. O ministro do Interior nega as acusações e afirma que os autores eram homens disfarçados.

Iraque e as tropas estadunidenses

Após ter assumido o cargo de primeiro-ministro Maliki, que era contra a invasão liderada pelos EUA, tem adotado uma postura mais crítica com relação a este país. Defendeu o direito do Irã desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos e acusou as forças estadunidenses de realizarem ataques diários contra civis iraquianos. Os Estados Unidos investigam dois supostos massacres promovidos nos últimos meses por sua força militar.

Por outro lado, Bush enfrenta forte pressão interna na manutenção das tropas estadunidenses no Iraque e apresenta uma popularidade em queda. Apesar disso se mantém firme e declarou que não irá estipular um prazo para a retirada das tropas, que ficarão no Iraque até quando

os comandantes acharem necessário.

Segundo o Pentágono, espera-se que até o fim do ano o número de soldados estadunidenses seja reduzido de 133 mil para 100 mil e que a maior parte das fronteiras estejam protegidas por forças iraquianas. Maliki disse que com treinamento e aparelhagem adicional, as tropas iraquianas seriam capazes de garantir a segurança no país até o final de 2007. O Primeiro Ministro italiano, Romano Prodi, já anunciou em reunião com Blair que irá retirar os 2.600 italianos que estão no Iraque.

A violência no país parece estar longe de ser resolvida. Sucessos recentes na caça de insurgentes ligados a Hussein precisam ser vistos com cautela, já que em meses recentes tem-se assistido a um aumento da violência sectária. Não obstante, dois terroristas de alto escalão foram presos, segundo afirmação do ministro do Interior iraquiano. Mais importante ainda, foi a morte do líder dos insurgentes, Al Zarqawi, devido a um bombardeio estadunidense.

Al Zarqawi e seus seguidores estavam entre os principais responsáveis em alimentar a violência sectária através de ataques a xiitas e suas mesquitas. Alguns dias antes de sua morte havia sido divulgada uma fita na qual ele incentivava o povo iraquiano a continuar lutando contra a ocupação.

A capacidade de a democracia se consolidar no Iraque, a competência do novo governo em desmontar milícias e promover a conciliação nacional e a manutenção das tropas estadunidenses no Iraque, são todos fatores necessários para que a empreitada militar liderada pelos EUA alcançasse algum sucesso além da deposição do Presidente Hussein.

A retirada prematura das tropas estadunidenses pode ocasionar no desmoronamento do governo que se acredita ainda não esteja apto para lidar com a violência diária em seu país. A repercussão negativa que um fracasso

dessa ordem teria na opinião pública dos EUA possivelmente seria maior que a não-retirada das tropas, o que justificaria a posição de Bush.

Por outro lado, mesmo que se mantenha uma democracia formal no Iraque, se o governo não for capaz de dismantelar a “infra-estrutura” da violência, não seria a força militar estadunidense ou iraquiana que iria conseguir resolver o problema da violência no país.

Do ponto de vista institucional, a formação de um governo de coalizão, se apresenta como uma alternativa viável para um país em transição democrática que apresenta divisões internas marcantes. Dificilmente um governo unipartidário teria legitimidade para governar. Porém, nada garante no modelo político iraquiano que este governo de coalizão seja mantido nas eleições futuras. Uma eventual obtenção de maioria no Parlamento por parte da AUI poderia levar à formação de um gabinete unipartidário, colocando os sunitas e os curdos em uma posição de oposição discursiva a qual dificilmente iriam se submeter. Ademais, resta saber até que ponto a democracia é capaz de se formar em um país cuja população não apresenta uma consciência e cultura política democrática.

No curto e no longo prazo são muitos os desafios que se apresentam para o Iraque. Somente o tempo dirá qual foi o resultado da invasão estrangeira liderada pelos Estados Unidos no país.

Folha Online

<http://www.folhaonline.com>

Ver também:

25/08/2005 - [Prazo final da constituição iraquiana é adiado mais uma vez.](#)

27/10/2005 - [Referendo no Iraque aprova nova constituição.](#)

09/03/2006 - [Conflito sunita-xiita leva Iraque a crescente instabilidade interna.](#)

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.newsbbc.co.uk>

CNN

<http://www.cnn.com>

Novo projeto de lei francês para imigração em debate

Resenha
Segurança / Integração Regional

Rafaella Arruda Melo Pereira
06 de junho de 2006

Foi aprovado na Câmara Baixa do Parlamento francês, por 367 votos a favor e 164 contra, o novo projeto de lei para imigração que permitirá ao país um processo mais seletivo no que diz respeito à entrada e permanência de estrangeiros no território nacional. Elaborada pelo Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, a proposta, para se tornar lei, deverá agora ser debatida no Senado.

Segundo muitos analistas políticos, o novo projeto de lei para imigração elaborado pelo Ministro do Interior francês, Nicolas Sarkozy, de centro-direita, tem como principal objetivo atrair a atenção de partidários da ala mais radical da direita do país (mais conservadores em relação à questão da imigração), e faz parte dos planos do ministro para a disputa presidencial a se realizar em 2007.

Pesquisas populares realizadas na França mostram que o assunto imigração é de grande importância para os eleitores. Como futuro candidato à presidência, Sarkozy alega que o novo projeto foi criado no momento em que os recentes distúrbios causados por jovens de subúrbios franceses, onde predominam imigrantes, têm mostrado o quão deficiente tem sido o atual sistema de imigração e integração do país [ver também: [Protestos em Paris](#)]. Além dos recentes tumultos provocados pelos jovens, o crescente índice de desemprego e o grande número de greves organizadas por estudantes e sindicatos fazem aumentar o temor da população de que ocorram ações de militantes islâmicos e mesmo terroristas que hoje residem no

país.

Para o ministro, que é inclusive filho de imigrante húngaro, a França, assim como tantos outros países ocidentais, tem o direito de decidir sobre os imigrantes que necessita em seu território. "Isso é imigração seletiva", disse Sarkozy, conforme relatou o jornal *BBC News*, em 17 de maio de 2006.

O novo projeto de lei foi aprovado na Câmara Baixa do Parlamento francês, no dia 17 de maio, após 54 horas de debate. Conquistando a aprovação de 367 parlamentares (contra 164), a proposta será agora debatida no Senado.

De acordo com a nova proposta, apenas imigrantes (de fora da União Européia¹) com alta qualificação terão residência permitida, desde que trabalhem no país. Demanda-se que os imigrantes assinem um contrato no qual concordem em aprender a língua nacional, além de aceitarem respeitar os princípios da

¹ Apesar da livre circulação de pessoas dentro da UE, existem restrições à admissão de nacionais de terceiros países que viabilizariam o controle seletivo proposto por Sarkozy.

República francesa. Ainda segundo o projeto, as famílias de imigrantes residentes na França deverão aguardar um tempo maior para terem sua permanência também permitida.

Para Sarkozy, os imigrantes ilegais existentes no país - cerca de 300 a 400 mil - deverão ser deportados, sem a permissão de obter visto de residência, mesmo estando no país há mais de 10 anos². O ministro, conhecido como linha dura, espera que, no ano de 2006, as deportações alcancem o número de 30 mil. Em 2005, cerca de 20 mil imigrantes ilegais tiveram que retornar para seus países, enquanto que em 2004 o número chegou à 16 mil.

De acordo com outro decreto elaborado por Sarkozy, em outubro de 2005, ordenou-se a deportação de milhares de menores residentes na França, esses sendo filhos de imigrantes ilegais residentes no país. O decreto emitido pelo governo, e considerado também parte do novo projeto para imigração criado em 2006, exigia o retorno desses menores ao país de origem, juntamente com seus familiares, até o dia 30 de junho de 2006, data que representa o fim do período escolar francês.

O fato de mesmo crianças nascidas na França ou que houvessem chegado ao país com muita pouca idade estarem dentre as que deveriam ser deportadas causou grande onda de protestos. Professores, líderes religiosos (muçulmanos e cristãos), autoridades municipais, defensores dos direitos humanos e grande número de cidadãos comuns franceses mobilizaram-se contra a medida, lançando campanhas que pretendiam proteger, abrigar e alimentar os menores. O grupo de protestos, Educação sem Fronteiras, por exemplo, conquistou a assinatura de mais de 24 mil pessoas que se opunham à

medida.

Como resposta aos protestos, Sarkozy decidiu, no dia 6 de junho, promover a regularização de algumas famílias de imigrantes ilegais, estudando caso a caso. Mas a regularização deverá ocorrer apenas entre famílias cujos filhos estudantes nasceram na França e falam francês. A atual medida poderá beneficiar cerca de 800 famílias, quase 1.200 pessoas. Para Sarkozy, "Se uma criança é nascida na França, ou veio para cá muito nova, se sua escola é na França, não fala a língua de seu país de origem, não têm links com seu país, seria muito cruel tirá-la daqui à força", conforme noticiou *Reuters*, no dia 6 de junho.

Além dos protestos enfrentados no país, Sarkozy também enfrenta críticas por parte de ex-colônias francesas, principal origem de imigrantes ilegais que se dirigem ao país. Em visita realizada no oeste da África, no dia 17 de maio, o ministro enfrentou grandes protestos em Senegal, Mali e Benin. Para os cidadãos africanos, a visita de Sarkozy representou uma provocação, fazendo com que os mesmos exigissem o cancelamento imediato de sua viagem.

Porém, a intensidade de protestos parece não modificar as pretensões de Sarkozy. Para ele, a nova lei será responsável por dar nova forma à identidade da França no período de 30 anos. Mesmo acusado de investir no eleitorado de direita e de defender a mais restritiva lei de imigração já elaborada desde a Segunda Guerra Mundial, o futuro candidato à presidência da França alega se preocupar em especial com o bem estar de seus compatriotas, garantindo-os bons níveis de emprego e segurança social.

O cenário atual francês em que se debate a lei de imigração, reporta ao também atual debate ocorrido nos Estados Unidos (EUA). Após aprovar na *House of Representatives*, em dezembro de 2005, um projeto de lei que institui regras mais severas para imigrantes ilegais residentes

² A atual lei francesa permite o visto de permanência para imigrantes ilegais que estão no país há mais de 10 anos.

nos EUA e que estabelece, inclusive, a construção de 1.130 km de cercas de segurança na fronteira do país com o México [ver também: [A continuação do debate: Os Estados Unidos e a imigração](#)], acordou-se no Senado, no dia 24 de maio de 2006, uma nova proposta para a imigração.

De acordo com a proposta do Senado, que se mostra muito mais branda em relação à da Câmara dos Deputados (*House of Representatives*), imigrantes ilegais residentes no país há 5 anos ou mais (cerca de 7 milhões de pessoas) terão direito a conseguir cidadania se permanecerem empregados, em dia com o pagamento de impostos e taxas adicionais, além de terem sua ficha policial examinada e estarem inseridos em cursos de inglês. Imigrantes ilegais de 2 a 5 anos no país (3 milhões), terão que se submeter a um visto temporário, aguardando um tempo maior para obterem vistos permanentes ou cidadania. Já os ilegais que estiverem no país há menos de 2 anos, cerca de 1 milhão de pessoas, deverão deixar o país.

O projeto do Senado (que já teve muitas emendas desde a proposta inicial) conta com o apoio do Presidente George W. Bush e cria um programa de trabalho temporário que poderá trazer cerca de 200 mil imigrantes ao país a cada ano.

Para os representantes da Câmara dos Deputados, não se deve permitir que imigrantes ilegais tenham direito a obter vistos de residência permanente ou ganhar cidadania estadunidense. Eles se dispõem a travar um debate intenso com o Senado e, para isso, contam com o apoio de muitos conservadores do país.

Para alguns moderados e representantes do Senado, a negociação entre as duas instâncias políticas será bastante difícil, e as chances de se alcançar um meio termo em relação às propostas de imigração mostram-se reduzidas.

No debate francês, o projeto de Sarkozy também deverá atravessar um longo

período de negociações no Senado até tornar-se de fato lei. A polarização das correntes políticas de esquerda, centro e direita, e a influência da sociedade civil que por um lado apóia leis mais severas de imigração visando à segurança do país e que, por outro lado, defende o direito de minorias de imigrantes que permanecem na França trabalhando e estudando como qualquer cidadão comum, prometem criar um clima tenso para a definição da nova legislação.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.newsbbc.co.uk>

International Herald Tribune

<http://www.ihl.com>

IPS Notícias

<http://www.ipsnoticias.net>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Reuters.com

<http://www.reuters.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Ver também:

26/04/2006 - [A continuação do debate: Os Estados Unidos e a imigração](#)

02/12/2005 - [Estados Unidos discute o problema da imigração](#)

11/11/2005 - [Protestos em Paris](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>